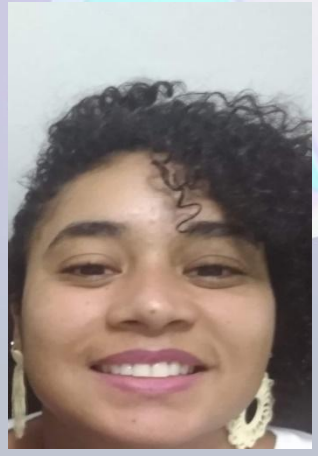

A INCLUSÃO E O PROCESSO EDUCATIVO NA DIFERENTE VISÃO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

INCLUSION AND THE EDUCATIONAL PROCESS IN THE DIFFERENT VISION OF LEARNING IN INCLUSIVE EDUCATION

GABRIELA DA SILVA FERREIRA
Graduação em Pedagogia pela Faculdade Univesp – Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2.021); Especialista em Neuropsicopedagoga pela Faculdade FGP – Gennari e Peartree (2.023); Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I – Pedagogia – na EMEF. Mailson Delane, Profº.

RESUMO

Este artigo analisa os desafios enfrentados no processo de ensino e aprendizagem de estudantes neurodivergentes sob a ótica da educação inclusiva, com foco nas barreiras pedagógicas, estruturais e sociais presentes no cotidiano escolar. A discussão parte de um panorama histórico da inclusão no Brasil, destacando sua trajetória desde os primeiros movimentos no início do século XX até os avanços contemporâneos nas legislações e políticas públicas. São abordados os principais marcos normativos, como a Declaração de Salamanca e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), bem como os fundamentos pedagógicos que sustentam práticas inclusivas. A partir das contribuições de teorias da aprendizagem, discute-se a importância da flexibilização curricular, do planejamento pedagógico intencional e da avaliação significativa como instrumentos de equidade educacional. Também são examinados os entraves à consolidação da inclusão, como a carência de formação docente, o preconceito enraizado na cultura escolar e a insuficiência de estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades individuais. Conclui-se que, para que a inclusão se efetive de maneira plena, é imprescindível repensar a estrutura educacional em seus aspectos formativos e organizacionais, promovendo uma escola capaz de reconhecer e valorizar a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Aprendizagem; Neurodiversidade; Avaliação; Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This article analyzes the challenges faced in the teaching and learning process of neurodivergent students from the perspective of inclusive education, focusing on the pedagogical, structural, and social barriers present in everyday school life. The discussion begins with a historical overview of inclusion in Brazil, highlighting its trajectory from the first movements in the early 20th century to contemporary advances in legislation and public policy. The main regulatory milestones are addressed, such as the Salamanca Declaration and the Law of Guidelines and Bases for National Education (LDB), as well as the pedagogical foundations that support inclusive practices. Based on contributions from learning theories, the importance of curricular flexibility, intentional pedagogical planning, and meaningful assessment as instruments of educational equity is discussed. Obstacles to the consolidation of inclusion are also examined, such as the lack of teacher training, prejudice rooted in school culture, and the insufficiency of pedagogical strategies adapted to individual needs. It concludes that, for inclusion to be fully effective, it is essential to rethink the educational structure in its formative and organizational aspects, promoting a school capable of recognizing and valuing diversity as a constitutive element of the educational process.

Keywords: Inclusive education; Learning; Neurodiversity; Assessment; Pedagogical practices.

INTRODUÇÃO

A inclusão educacional de estudantes com deficiência, especialmente aqueles com neurodivergência, representa um dos principais desafios contemporâneos enfrentados pelas instituições de ensino. Nas últimas décadas, o Brasil avançou na legislação e nas políticas públicas relacionadas à educação inclusiva. Contudo, ainda há um descompasso entre as normas vigentes e as práticas efetivas nas escolas, evidenciando a necessidade de mudanças culturais, pedagógicas e institucionais que promovam a equidade no acesso, permanência e aprendizagem.

OBJETIVO GERAL

Investigar, de forma crítica e aprofundada, os principais desafios enfrentados pelas instituições escolares no que se refere à implementação de práticas pedagógicas inclusivas, especialmente no contexto da educação de estudantes com deficiência. O foco central recai sobre as implicações dessas práticas no processo de ensino e aprendizagem, considerando as especificidades da neurodiversidade como um aspecto fundamental da pluralidade humana. Busca-se compreender como fatores pedagógicos, estruturais, formativos e atitudinais influenciam diretamente a participação, o desenvolvimento e o desempenho escolar desses educandos, bem como identificar

as lacunas existentes entre os marcos legais e a realidade cotidiana das escolas. Além disso, propõe-se analisar de que maneira a formação docente, a organização curricular e os métodos avaliativos podem ser ajustados para assegurar uma educação verdadeiramente equitativa, significativa e respeitosa das singularidades de cada aluno, contribuindo, assim, para a consolidação de uma escola democrática, acolhedora e comprometida com os princípios da justiça social e dos direitos humanos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar a inclusão como um processo relacional e dinâmico no contexto escolar, compreendendo a importância das interações sociais, do respeito à diversidade e da construção coletiva de ambientes educativos que valorizem as diferentes formas de ser, aprender e conviver;

Discutir os principais marcos legais e conceituais que fundamentam a educação inclusiva no Brasil, tais como a Declaração de Salamanca (1994), a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), relacionando esses documentos às práticas pedagógicas implementadas nas escolas públicas e privadas;

Identificar as barreiras pedagógicas, estruturais e socioculturais que dificultam a efetivação da inclusão nas escolas, destacando os entraves que ainda persistem na formação docente, na organização curricular, na estrutura física das instituições e nas atitudes da comunidade escolar frente à diversidade;

Refletir sobre a importância da avaliação e da adaptação curricular como ferramentas de inclusão, considerando a necessidade de repensar instrumentos avaliativos e práticas de ensino a partir de princípios de equidade, respeitando os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos estudantes neurodivergentes;

Apontar caminhos possíveis para o fortalecimento de práticas pedagógicas mais equitativas, democráticas e humanizadoras, propondo estratégias que contribuam para uma escola inclusiva, que promova o pertencimento, o protagonismo estudantil e o reconhecimento da diversidade como valor educativo essencial.

JUSTIFICATIVA

Este estudo justifica-se pela urgência de ampliar a compreensão da inclusão como prática cotidiana e estruturante da escola pública brasileira. A simples presença de estudantes com deficiência nas salas regulares não assegura aprendizagem significativa nem pertencimento. Para garantir a efetivação da inclusão, é fundamental reconhecer a diversidade como valor pedagógico e reorganizar estratégias de ensino e avaliação que atendam às diferentes formas de aprender, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos.

PROBLEMA

Como a escola pública pode enfrentar e superar os entraves pedagógicos, estruturais e socioculturais, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência e o desenvolvimento pleno das pessoas com deficiência no ambiente escolar?

INCLUSÃO E O PROCESSO EDUCATIVO NA DIFERENTE VISÃO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

METODOLOGIA

O artigo desenvolvido neste artigo possui uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com ênfase na análise teórico-conceitual dos fundamentos da educação inclusiva e de sua implementação no contexto educacional brasileiro. A escolha por uma metodologia qualitativa justifica-se pela natureza interpretativa do objeto de estudo, que busca compreender fenômenos sociais e educacionais em suas múltiplas dimensões, especialmente no que diz respeito aos desafios enfrentados na aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual e outras condições neurodivergentes.

O estudo baseia-se em uma revisão bibliográfica sistematizada, com a seleção e análise crítica de materiais acadêmicos, documentos legais, políticas públicas e produções científicas relevantes sobre o tema. Foram consultadas obras clássicas e contemporâneas de autores como Vygotsky (1993), Freire (1996), Mantoan (2003), Carvalho (2011), entre outros, além de legislações como a Constituição Federal de 1988, a LDB (Lei nº 9.394/1996), a Declaração de Salamanca (1994) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

A análise dos dados coletados foi conduzida por meio de leitura interpretativa e comparativa, com o objetivo de identificar os principais avanços, impasses e contradições na efetivação da inclusão escolar. A metodologia adotada permitiu mapear os elementos estruturais, pedagógicos e culturais que dificultam a consolidação de práticas inclusivas nas escolas, além de refletir sobre possibilidades de superação desses entraves por meio da ressignificação das práticas docentes, da gestão escolar e da política educacional.

Embora o presente objeto de estudo não realize aplicação empírica direta, sua contribuição reside na construção de um panorama crítico e reflexivo que poderá subsidiar ações práticas e pesquisas futuras. Ao valorizar a produção teórica e normativa existente, pretende-se fortalecer o debate sobre a importância de uma educação inclusiva que vá além do discurso e se concretize em ações pedagógicas efetivas, sensíveis à diversidade e comprometidas com os direitos humanos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva representa uma mudança significativa na concepção de escola, ensino e aprendizagem. Historicamente, os sistemas educacionais foram organizados com base em ideais de homogeneidade, padronização e meritocracia, o que resultou na exclusão sistemática de estudantes que não correspondiam às expectativas normativas de desempenho escolar. Nesse contexto, a educação inclusiva surge como uma proposta ética, pedagógica e política que visa romper com essas práticas e reconhecer a diversidade humana como princípio estruturante do processo educativo.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão não pode ser reduzida a medidas paliativas ou compensatórias, como a simples presença física do aluno com deficiência na sala de aula comum. Trata-se, na verdade, de um movimento que exige a reestruturação de todo o sistema educacional, desde o currículo até as atitudes e valores da comunidade escolar. Essa perspectiva desafia o modelo tradicional baseado no déficit e propõe uma abordagem centrada na valorização das potencialidades, na equidade e no respeito às singularidades dos estudantes.

O debate em torno da educação inclusiva no Brasil tem sido ampliado a partir de importantes marcos legais e internacionais. A Declaração de Salamanca (1994), por exemplo, enfatiza que as escolas regulares com orientação inclusiva são os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, promovendo a igualdade de oportunidades. No plano nacional, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito de todos, enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) determina a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reforça que os estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades devem ser atendidos, preferencialmente, em classes comuns, com o suporte necessário para sua aprendizagem.

Para além do campo normativo, é essencial compreender os fundamentos teóricos que sustentam a proposta inclusiva. Vygotsky (1993) oferece contribuições decisivas ao afirmar que o desenvolvimento cognitivo é potencializado pelas interações sociais mediadas, sendo a aprendizagem uma construção coletiva. Sua teoria da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) mostra que, com apoio adequado, todos os estudantes são capazes de avançar significativamente. Freire (1996), por sua vez, propõe uma pedagogia humanizadora e libertadora, na qual o aluno é sujeito do seu próprio processo de conhecimento. A escuta ativa, o respeito à vivência do educando e o diálogo são, nesse sentido, elementos centrais para a promoção da inclusão.

A concretização de uma escola inclusiva implica a superação de práticas pedagógicas excludentes, como a rigidez curricular, a uniformização da avaliação e a padronização do ensino. Como defende Carvalho (2011), oferecer igualdade de oportunidades não é tratar todos da mesma forma, mas sim reconhecer e atender às necessidades específicas de cada estudante. Isso exige a flexibilização curricular, a utilização de estratégias pedagógicas diferenciadas e a adoção de critérios avaliativos compatíveis com os princípios de justiça e equidade.

Ainda assim, muitos desafios persistem na realidade escolar brasileira. A formação dos professores continua sendo um dos principais gargalos da implementação da educação inclusiva. Muitos docentes não se sentem preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, o que pode resultar em práticas involuntariamente discriminatórias. Além disso, a escassez de materiais didáticos acessíveis, a ausência de planejamento pedagógico diferenciado e a cultura escolar centrada na norma dificultam a efetivação da inclusão.

Portanto, promover a inclusão requer mais do que reformas legais. É necessário o engajamento de toda a comunidade escolar em um processo contínuo de reflexão e mudança, pautado na ética, na empatia e na valorização das diferenças. A educação inclusiva deve ser entendida como uma ação coletiva, sustentada por políticas públicas eficazes, formação docente crítica e práticas pedagógicas que visem, de fato, à democratização do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou refletir sobre as intervenções pedagógicas no processo de aprendizagem sob a ótica da educação inclusiva, com ênfase nas práticas escolares direcionadas a estudantes com deficiência, especialmente aqueles com deficiência intelectual. Ao longo da análise teórica, foi possível identificar que, embora os marcos legais e as políticas públicas representem avanços importantes, sua aplicação prática ainda enfrenta obstáculos significativos nas instituições escolares.

A inclusão escolar, como demonstrado, exige mais do que o cumprimento formal de leis: requer mudanças profundas nas concepções de ensino e nas relações que se estabelecem no espaço educativo. A escola precisa romper com modelos padronizados e excludentes, adotando uma postura pedagógica que valorize a diversidade e reconheça o potencial de todos os alunos, independentemente de suas condições.

O problema central da pesquisa como garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem significativa de alunos com deficiência foi contemplado ao longo do estudo. Identificaram-se como pontos-chave para a efetividade da inclusão a formação continuada de professores, a flexibilização curricular, a adaptação dos métodos de avaliação e a promoção de uma cultura escolar acolhedora e democrática.

Com base nos referenciais de Vygotsky e Paulo Freire, reforça-se a ideia de que o processo educativo deve estar alicerçado na escuta, no diálogo e na mediação significativa, promovendo o desenvolvimento integral dos educandos. Por fim, conclui-se que a inclusão escolar não é um fim em si mesma, mas um caminho necessário para a construção de uma sociedade mais justa, plural e humanizada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-22062009&category_slug=maio-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 set. 2025.

CARVALHO, Rosita Edler de. **Inclusão: a escola e o direito de todos**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO/MEC, 1994. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427_por. Acesso em: 20 set. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.